

**OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS – EXTRAÇÃO DE ÁGUA  
SUBTERRÂNEA.**

*Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.*

**1 – Requerimento**

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

**2 – Documentos de identificação**

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

**3 – Documentos sociais**

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

**4 – CNPJ**

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

**5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)**

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

**6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)**

RG e CPF do procurador constituído.

**7 – Procuração (Anexo 2 – NOP-INEA-38) pública ou particular (se for o caso)**

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

## **8 – Termo de Responsabilidade**

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

## **9 – Cópia da Licença Ambiental vigente ou do Requerimento de abertura do processo de licença**

Em caso de atividades sujeitas ao Licenciamento Ambiental.

## **10 – Declaração do Padrão de Qualidade da Água e Responsabilidade Técnica (Anexo 4 – NOP-INEA-38)**

Assinada pelo responsável técnico do processo produtivo, comprovando que a água utilizada atende aos padrões de potabilidade dispostos no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 de 28.09.2017 do Ministério da Saúde, quando se tratar de finalidade uso industrial para insumo de processo que exija água potável.

## **11 – Declaração de Potabilidade (Anexo 5 – NOP-INEA-38)**

Assinada por técnico responsável habilitado, atestando se o padrão de qualidade da água utilizada para consumo e/ou higiene humana estará adequada, durante a vigência da Outorga de Direito de Uso e em relação a todos os parâmetros associados à potabilidade, ao disposto no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5 de 28.09.2017 do Ministério da Saúde, quando houver, dentre as finalidades de uso requeridas, consumo e higiene humana e/ou transporte de água potável por veículo-transportador.

## **12 – Cópia do contrato de concessão (se for o caso)**

Quando requerente se tratar de concessionária pública de abastecimento de água.

## **13 – Formulário**

Formulário contendo as finalidades de uso requeridas e o cálculo da demanda estimada (Anexo 6 – NOP-INEA-38) informando a finalidade de uso da água e demanda diária de água do empreendimento, justificando a quantidade solicitada frente às necessidades, acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) com a descrição dos serviços contratados, bem como comprovante de pagamento da ART.

## **14 – Relatório de Avaliação Hidrogeológica – RAH (Anexo 7 – NOP-INEA-38)**

Deverá atender às especificações e exigências da NOP-INEA-39 com as instruções técnicas para elaboração do RAH, acompanhado de todos os anexos pertinentes, incluindo:

- a) Testes de Bombeamento e recuperação, em conformidade com NBR nº 12212/2006 e nº 12244/2006, obrigatório para todos os casos;
- b) Fotografia(s) da boca do(s) poço(s) - com placa de identificação legível e orifício de medição do nível d'água (tubo piezométrico) visível, e do(s) barriletes(s) de

controle operacional - contendo na seguinte ordem, a partir da boca do poço: hidrômetro e torneira de coleta de amostra. Em alguns casos específicos, conforme critérios estabelecidos na Instrução Normativa para elaboração de Relatório de Avaliação Hidrogeológica, o barrilete operacional deverá ter outros equipamentos instalados, incluindo o registro de controle de vazão, manômetro e/ou válvula de retenção;

- c) Anotação de Responsabilidade Técnica com a descrição dos serviços contratados e respectivas Coordenadas Geográficas dos pontos de interferência, acompanhada do comprovante de pagamento da ART;
- d) Cópia da cédula de identidade do CREA-RJ do profissional responsável pelo RAH;
- e
- e) Relatório de Análise Físico Química e Bacteriológica.

**IMPORTANTE:** Caso haja interesse em acrescentar um dos usos/finalidades apresentar os documentos específicos pertinentes conforme as Normas Operacionais.

**RECOMENDAMOS CONSULTAR:**

- **NOP-INEA-37**, de 29/03/2019, Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Superficiais (Link).
- **NOP-INEA-38**, de 29/03/2019, Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Subterrâneos (Link).
- **NOP-INEA-39**, de 29/03/2019, Critérios, orientações e procedimentos para elaboração do Relatório de Avaliação Hidrogeológica - RAH (Link).
- **NOP-INEA-40**, de 29/03/2019, Certidão Ambiental de uso insignificante de recursos hídricos (Link).
- **NOP-INEA-41**, de 29/03/2019, Direito de uso de recursos hídricos para aproveitamentos hidrelétricos (Link).
- **NOP-INEA-42**, de 29/03/2019, Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos Superficiais com finalidade de mineração - Extração de areia em leito de rio (Link).
- **NOP-INEA-43**, de 29/03/2019, Autorização Ambiental para perfuração de poços tubulares para uso de recursos hídricos subterrâneos (Link).

**No Portal do Licenciamento ([portallicenciamento.inea.rj.gov.br](http://portallicenciamento.inea.rj.gov.br)) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.**

**Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.**